

# NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. Che Guevara

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

29 anos  
de luzes

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição dezembro de 2024- Filiado a Força Sindical e USP  
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

## Licença-paternidade remunerada de 4 meses pode virar lei no Brasil



O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar um tema de grande repercussão social: a regulamentação da licença-paternidade. A ação discute se é preciso determinar ao Congresso a regulamentação das regras. Em sessão realizada no dia 8 de novembro, o Plenário do STF ouviu a leitura do relatório e a manifestação de terceiros interessados em ação que alega omissão do Legislativo na regulamentação do direito à licença-paternidade aos trabalhadores rurais e urbanos. Esse direito é assegurado na Constituição Federal. Seguindo o novo formato de julgamento adotado

na gestão do presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, os votos serão apresentados em sessão a ser marcada posteriormente.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 20, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) argumenta que, apesar de a Constituição de 1988 ter previsto o direito à licença-paternidade, a medida nunca foi regulamentada em lei própria. Por isso, continua sendo aplicada a licença de cinco dias prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A ADO 20 começou a ser julgada no Plenário Virtual, e depois o tema foi destacado pelo ministro Barroso para julgamento presencial. Com isso, o julgamento é reiniciado, preservando-se, nesse caso, o voto do relator da ação, ministro Marco Aurélio, e da ministra Rosa Weber, ambos aposentados.

## CNJ prepara bolsa de estudos para pessoas negras prestarem concursos públicos



O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso informou que o órgão trabalha na criação de um programa de bolsas de estudos para candidatos negros que desejarem prestar concursos públicos para a magistratura. Segundo o presidente, o projeto é avaliado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O material de preparação dos candidatos negros deve ser disponibilizado por meio de uma plataforma virtual de ensino à distância e será focado na primeira edição do novo Exame Nacional da Magistratura, que deve ser realizado no ano que vem. “Quem tem que sustentar a casa não consegue fazer um estudo sistemático para entrar na magistratura e queremos dar essa oportunidade”, afirmou Barroso durante a primeira reunião do Observatório dos Direitos Humanos (ODH) sob sua gestão. No início deste mês, o CNJ aprovou a criação do

Exame Nacional de Magistratura para selecionar candidatos aos cargos de juiz em todo o país. A aprovação no exame será pré-requisito para participação nos concursos para magistrados. Conforme resolução aprovada pelo conselho, os candidatos terão que obter nota mínima de 70% de acertos nas provas objetivas de ampla concorrência para serem aprovados. Candidatos autodeclarados negros e indígenas terão que obter nota mínima de 50%.

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



Comerciário  
SINDICALIZE-SE

### Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convênio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Convênio com a Faculdade Patos de Minas que proporciona 30% de descontos nas mensalidades de cursos superiores para comerciários filiados e seus dependentes
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

## Médico é condenado a pagar R\$ 300 mil por racismo em Goiás



O médico Márcio Antônio Souza Júnior, conhecido por Doutor Marcim, condenado pelo crime de racismo a 2 anos e 6 meses de prisão, disse à juíza Erika Barbosa Gomes Cavalcante, da Vara Criminal da comarca de Goiás, que estipulou a pena, que fez uma “brincadeira errada”. Ele foi responsável por filmar e divulgar vídeos em que um homem negro, que era

seu caseiro, aparece com mãos, pés e pescoço acorrentados, simulando o período escravocrata. O crime aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2022, na Fazenda Jatobá, na Cidade de Goiás, antiga capital do estado. O inquérito iniciado na delegacia local foi remetido ao Grupo Especializado no Atendimento às Vítimas de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Geacri), em Goiânia.

No vídeo que gerou a investigação, o médico mostra o homem preso às correntes e diz: “Ai, ó, falei para ele estudar, mas ele não quer. Então, vai ficar na minha senzala”. “[O funcionário disse] que não teve nenhuma vontade de gravar os vídeos e não vê a situação como uma brincadeira, pois se fosse, estariam todos iguais no vídeo, esclarecendo, por fim, que não são amigos”, destaca a sentença da Justiça. Conforme a decisão da juíza, o médico também terá de pagar R\$ 300 mil a título de indenização, por danos morais coletivos, cujo valor será dividido entre a Associação Quilombo Alto Santana e a Associação Mulheres Coralinas. Como consta no processo, o homem que aparece no vídeo trabalhava na fazenda do acusado, onde recebia um salário mínimo para fazer serviço pesado. No dia do fato, o acusado o achou para mostrar os apetrechos que ficavam na igreja da fazenda, quando colocou as correntes em seu pescoço e em suas mãos, e começou a gravar o vídeo pelo celular. Na ocasião, ele falava que o ofendido estava em sua senzala por não estudar e logo postou o vídeo nas redes sociais.

## Saque-aniversário do FGTS: projeto deve ficar para 2024, diz ministro

O projeto que mudará as regras do saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deverá ser enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional apenas em 2024. A declaração foi dada pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho após reunião do Conselho Curador do FGTS, que aprovou os orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico para o ano que vem. Marinho não explicou o que levou ao adiamento do envio do projeto ao Congresso Nacional, mas citou que o tema depende de tramitação interna no governo antes do envio aos parlamentares. “Esse é um compromisso que temos, as nossas devidas desculpas por não conseguir encontrar a solução, porque isso depende de tramitação de projeto internamente no governo, posteriormente no parlamento brasileiro, porque está amarrado em uma lei, é preciso revogação total ou parcial dessa lei pra dar acesso a essa garantia aos trabalhadores”, ressaltou.

O ministro não deu detalhes das mudanças que devem ser propostas pelo governo federal, mas em setembro o Ministério do Trabalho informou, por nota, que a proposta em análise permite “ao trabalhador que optar pela modalidade de saque-aniversário a possibilidade de sacar também o saldo da conta, não apenas a multa rescisória”. Segundo a pasta, essa mudança seria capaz de “corrigir uma distorção, uma injustiça contra o trabalhador”. O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) aprovou os orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico para o exercício de 2024, e os orçamentos plurianuais para o período 2025-2027 do FGTS. Serão disponibilizados R\$ 117,65 bilhões no orçamento do Fundo dos trabalhadores destinados às políticas públicas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana no próximo ano.

### Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC

**ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP**

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

**Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César**

## Brasil atinge menor taxa de desemprego desde 2015



No trimestre móvel encerrado em outubro, a taxa de desemprego no Brasil atingiu 7,6%, conforme revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em comparação com o trimestre imediatamente anterior, entre maio e julho, observou-se uma redução de 0,7 ponto percentual, representando uma queda de 7,9% para 7,2%. Em relação ao mesmo trimestre de 2022, quando a taxa era de 8,3%, o declínio foi notável. Este resultado trimestral marca a taxa mais baixa desde fevereiro de 2015, quando atingiu 7,5%.

Os números deste trimestre indicam uma diminuição de 3,1% no número absoluto de desempregados em comparação com o trimestre anterior, totalizando 8,3 milhões de pessoas desocupadas. Este é o menor contingente de desempregados em termos absolutos desde o trimestre móvel encerrado em abril de 2015. Em comparação com o trimestre anterior, houve uma redução de 261 mil pessoas no contingente de desempregados. Comparando com o mesmo período de 2022, observa-se um declínio de 8,5%, representando 763 mil trabalhadores a menos. Durante o trimestre, a população ocupada registrou um crescimento de 0,9%, atingindo um recorde de 100,2 milhões de pessoas, marcando o maior número desde o início da série histórica em 2012. No acumulado do ano, houve um aumento de 0,5%, resultando em mais 545 mil pessoas ocupadas.

## Redução da jornada de trabalho: CCJ deve analisar PEC que propõe 36 horas semanais

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados planeja discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) 221/19, que reduz a jornada semanal do trabalhador brasileiro de 44 para 36 horas em até dez anos. Em reunião deliberativa extraordinária da CCJC foi aprovado o requerimento de retirada de pauta por 30 votos a 25 votos. O Republicanos, PP e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, votaram em uniformidade pela retirada, enquanto todos os deputados do PT e PSOL se posicionaram contra. Em discussão, o texto terá sua constitucionalidade analisada e, então, será encaminhado à uma comissão especial responsável por averiguar o conteúdo da proposta. Este comitê teria caráter temporário para análise e votação da proposta. Caso seja levada ao plenário, a aprovação da PEC exige votos favoráveis de 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos de votação realizados na Câmara e no Senado. A proposta destaca prazo máximo de aplicação da lei em dez anos.

A proposta aponta que as discussões da redução da jornada de trabalho no Brasil se assemelha à ocorrida em outros países. A implementação da redução da jornada de trabalho teria resultados positivos na redução do nível de desemprego. Em vários países, a RJT sem redução salarial tem sido discutida como um dos instrumentos para preservar e criar novos empregos de qualidade e também possibilitar a construção de boas condições de vida. Esta redução poderia até ser bem mais que isso, e impulsionar a economia e dinamizar seu ciclo virtuoso levando à melhoria do mercado de trabalho. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, defendeu a redução da jornada de trabalho sem a correspondente diminuição salarial, durante sessão na Comissão de Direitos Humanos no Senado. Ele declarou que "passou da hora" de discutir a redução. Eu acredito que passou da hora de discutir. Não tratei disso com o presidente Lula. É minha opinião, não do governo.

## Patroa bate em diarista grávida após ter pagamento questionado: "Me deve"

Uma diarista grávida, Kássia da Silva, de 26 anos, denunciou sua patroa à Polícia por racismo e agressão física em Piedade, Jaboatão dos Guararapes. O caso está sendo investigado como injúria racial, lesão corporal e ameaça. Kássia decidiu deixar o emprego após apenas quatro dias devido à recusa da patroa, identificada como Cibele Aspasias, em pagar o valor combinado pelo serviço. O incidente ocorreu na presença da filha de Kássia, de 2 anos, e foi registrado em vídeo pela vítima. Além das agressões físicas, Kássia foi alvo de ataques racistas, sendo chamada de "negra macaca" pela patroa. A advogada de Kássia planeja entrar com uma ação por danos morais na Justiça do Trabalho. Durante entrevista ao g1, Kássia contou que, por estar grávida de três meses, decidiu deixar o trabalho por não aguentar fisicamente. Ela possui formação como auxiliar de dentista, mas trabalha como diarista para sustentar a casa. A diarista relatou que, além das condições exaustivas, a patroa a ofendeu com ataques racistas, dizendo que "gente da cor dela não

## Lula prorroga Desenrola até março de 2024

O governo Lula publicou uma Medida Provisória prorrogando o programa Desenrola Brasil para a renegociação de dívidas do povo brasileiro até 31 de março de 2024. A medida, assinada pelo presidente Lula já foi publicada na edição do Diário Oficial da União (DOU). Desde o lançamento do programa, foram renegociados R\$ 29 bilhões em dívidas, beneficiando quase 11 milhões de brasileiros e brasileiras. Os valores de até R\$ 5 mil podem ser quitados à vista ou parcelados, com juros de até 1,99% ao mês. Os descontos do programa do governo Lula para ajudar o povo a limpar o nome chegam a 98%. “A sociedade brasileira estava enrolada, tinha 70 milhões de brasileiros que estavam endividados com dívidas pequenas, às vezes no cartão de crédito, pessoa que estava utilizando o cartão de crédito para comprar comida”, lembrou, no fim de novembro, o presidente Lula. “As pessoas, se quer assim, podem pagar muitos até 100 reais, 150, 200 reais, 300, 5 mil, 20 mil. Então, nós fizemos esse programa chamado Desenrola, fizemos ele para a sociedade como e também fizemos para o Fies, porque até 1 milhão, 280 mil pessoas que estudavam por conta do Fies e que deixaram de pagar. E a gente quer também desenrolar, porque essas pessoas voltam a estudar e voltam a ter o nome limpo”, declarou o presidente.

Na mesma entrevista, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicou sobre os descontos e as vantagens do Desenrola. “O desconto médio é de 83%. Então, se a pessoa deve R\$ 1000, ela consegue quitar com R\$ 170 a dívida dela”, observou Haddad. “E detalhe, se a pessoa ganha até dois salários mínimos, que são 20 milhões de brasileiros, nós parcelamos essa dívida, quer dizer, além de cair de mil, supondo uma dívida cair para R\$ 170 na média, ele ainda pode parcelar em prestações de R\$ 50 e pode chegar a R\$ 60”. A prorrogação é válida para a faixa 1, que consiste nas negociações feitas diretamente na plataforma de renegociação do Desenrola, programa emergencial de renegociação de dívidas privadas de pessoas físicas inadimplentes. Já a faixa 2, que inclui as negociações feitas diretamente com os bancos e outros credores, continua sendo válida até 31/12. Portanto, a partir de janeiro, as negociações serão feitas exclusivamente pela plataforma.

## Dia da Consciência Negra: a importância de um feriado nacional para celebrar a data



Em uma decisão histórica, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei que oficializa o dia 20 de novembro, data em que se celebra a Consciência Negra, um feriado nacional. O texto segue agora para sanção do presidente Lula.

Responsável por trazer

de volta o debate de tornar data um feriado em todo o território brasileiro, proposto em 2021, a recém-bancada negra reconheceu a necessidade de repensar a data para tornar, finalmente, a luta de Zumbi dos Palmares um capítulo real na história brasileira.

Apenas dois partidos, o Novo e o PL, obviamente, instruíram suas bancadas a votar contra o projeto. Na semana anterior, os legisladores já haviam aprovado um pedido de urgência, agilizando a tramitação da proposta para votação direta no plenário, evitando a necessidade de passar por comissões temáticas. Atualmente, de todo o país, apenas seis estados têm feriado determinado pela lei estadual. Estados da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins possuem pelo menos uma cidade onde o Dia da Consciência Negra é celebrado, apenas como feriado municipal.

A data, conhecida por fomentar reflexões acerca da importância e das contribuições da comunidade negra para o Brasil, destaca principalmente a urgência de combater o racismo, de promover a visibilidade da cultura negra e africana e as problemáticas sociais enfrentadas diariamente pela população negra, estigmatizada de diversas formas e por vários setores sociais há séculos. O reconhecimento dos mais de 300 anos da população escravizada no Brasil e a necessidade de dar um novo capítulo à história brasileira, tão embranquecida pelos preconceitos coloniais, é um passo, embora muito tardio, significativo para a memória do povo negro. Como poderia um país com mais de 60% da população, autodeclaradamente negra e constituinte de grande parte das raízes étnicas, não possuir um feriado nacional? A proposta é um ato democrático e profundamente simbólico. A ampliação da representatividade de comunidades periféricas é essencial para fortalecer a democracia e os direitos da população negra. O feriado é uma forma de conceder voz e espaço para aqueles que são invisibilizados na política, na educação, na saúde e até na cidadania.



### Diretoria do SINDEC

#### Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

#### Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

#### Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

# Salário mínimo vai subir para R\$ 1.412 em 2024



O salário mínimo vai subir de R\$ 1.320 neste ano para ao menos R\$ 1.412 a partir de janeiro de 2024, com pagamento em fevereiro do ano que vem. O valor representa uma alta mínima de R\$ 92 e ficou abaixo dos R\$ 1.421 estimados pelo governo na proposta de orçamento deste ano. O valor de R\$ 1.412 foi confirmado pelo economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, ex-diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal. Nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, o

reajuste do salário mínimo era definido pelo governo a cada ano – só não podia ficar abaixo da inflação do período, que é uma regra definida na Constituição Federal. Já este ano, o governo enviou e o Congresso aprovou uma lei que define uma fórmula de valorização do salário mínimo – ou seja, de aumento do valor acima da inflação. Pela nova lei, o reajuste corresponde à soma de dois índices: a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses até novembro – como prevê a Constituição; o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores. O primeiro fator, relacionado à inflação, foi divulgado pelo IBGE: 3,85%. A essa variação, se somou o crescimento do PIB de 2022 – que totalizou 3% de expansão (valor revisado).

A lei que estabeleceu novas regras para a valorização do mínimo, além de criar uma fórmula para o reajuste, definiu que o valor é implementado por decreto – e não mais por projeto de lei ou medida provisória. Como o valor começa a valer em 1º de janeiro de 2023, com pagamento em fevereiro, o Palácio do Planalto tem até o fim deste ano para editar o decreto reajustando o salário mínimo. De acordo com informações divulgadas em maio pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 54 milhões de pessoas no Brasil. Além dos trabalhadores que, por contrato, recebem um salário mínimo há também as aposentadorias e benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vinculados ao mesmo valor. O salário mínimo também gera impactos indiretos na economia, como o aumento do "salário médio" dos brasileiros e a elevação do poder de compra do trabalhador.

## Onda de calor pode provocar aumentos intensos na conta de luz

Ondas de calor que eventualmente atinjam o país nos próximos meses, no verão, quando ocorre o chamado período úmido, podem causar impacto sobre as contas de energia elétrica dos consumidores, especialmente aqueles que estão no mercado livre, onde se permite a escolha do fornecedor da eletricidade. Por enquanto os especialistas avaliam que o impacto deve ser limitado, mas caso as chuvas esperadas para o período não se concretizem, o acionamento de térmicas deve ser um dos efeitos mais imediatos, com os consequentes reflexos mais expressivos nas tarifas, destaca reportagem do Valor Econômico. De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o consumo de energia elétrica no Brasil aumentou 6,2% em setembro de 2023, em comparação com o mesmo mês de 2022. Esse aumento foi impulsionado, em grande parte, pela onda de calor que tem atingido o país. O aumento do consumo de energia durante as ondas de calor pode causar problemas para o sistema elétrico. Em alguns casos, pode levar a apagões ou quedas de energia.

## REPRESENTANTES PATRONAIS E DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DEBATEM PORTARIA 3665 COM MINISTRO LUIZ MARINHO

Em reunião ocorrida na sede da Confederação Nacional do Comércio, a CNC, no Rio de Janeiro, foram debatidos os termos da Portaria 3665 do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata sobre o trabalho aos feriados no comércio. O encontro contou com a presença do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e a participação de representantes da entidade patronal bem como representações das Centrais sindicais: CTB, Força Sindical, CUT e UGT.

Ficou definido de comum acordo que as bancadas dos trabalhadores e dos empregadores indicarão os nomes dos representantes para a Mesa Nacional de Negociação do Plano Comércio, que deverá debater as questões relativas a referida portaria e outras questões que envolvem as mudanças ocorridas.

## Pode usar FGTS? Precisa de entrada? Saiba como funcionam os leilões de imóveis



A Caixa Econômica Federal vai leiloar 4.605 imóveis até 21 de dezembro. São diversos editais, para vendas realizadas exclusivamente online, diretamente nas plataformas dos leiloeiros. Os eventos são oportunidades para comprar imóveis com bons descontos e preços bem abaixo do valor de mercado. Muitas pessoas

não sabem, mas é comum que leilões, especialmente os da Caixa Econômica, permitam o financiamento do imóvel em várias parcelas. Além disso, muitos também não exigem entrada. Ou seja, não é necessário ter dinheiro em mãos para dar um lance. Na Caixa Econômica é possível comprar um imóvel com até com 50% de desconto, pagando de entrada apenas 5% e financiando o restante.

Basicamente um imóvel é apresentado em leilão, por um valor mínimo previamente anunciado e, então, começa a rodada de lances para definir quem será o arrematador. Em geral, os imóveis ficam 30% mais baratos, podendo chegar a 50% abaixo do valor de mercado. Em geral, é necessário se submeter a uma aprovação prévia para saber quanto se tem de crédito.

Se o edital permitir, é possível usar FGTS na negociação. No entanto, o mais comum é comprar e amortizar depois, com o saldo do FGTS, as parcelas que estão sendo cobradas. Para se informar sobre os leilões, é importante acessar os sites especializados em leilões de imóveis, ou por meio dos classificados anunciados em jornais locais, de leiloeiros oficiais e também em departamentos de tributos. Após o arremate, os principais gastos são ITBI e registro, ou seja, custos necessários para transferir o imóvel para o seu nome. Por vezes, será necessário pagar o leiloeiro, IPTU atrasado, condomínio e eventual custo de desocupação do imóvel.

## Senado aprova indicação de Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal



O plenário do Senado aprovou a indicação de Flávio Dino para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Lula, Dino foi indicado para vaga da ex-ministra Rosa Weber. Foram 47 votos favoráveis, 31 votos contrários e duas abstenções. No dia, Dino passou por uma sabatina de quase 11 horas na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), onde somou o voto favorável de 17 dos 27 integrantes do colegiado. Na mesma sessão, também foi sabatinado o subprocurador da República Paulo Gonet, indicado para a Procuradoria-Geral da República (PGR). Gonet obteve 23 votos favoráveis, quatro contrários e nenhuma abstenção, e teve seu nome confirmado pelo plenário do Senado por 65 votos a 11.

Em uma sessão marcada por um modelo inédito, com sabinas simultâneas de um indicado ao STF e à PGR, o governo federal mobilizou esforços, com ministros reassumindo mandato na Casa para participar da

votação e garantir a aprovação de Dino. Na sabatina, Dino adotou um tom mais ameno e evitou cair em provocações e criar embates com parlamentares, como ocorreu em suas outras participações em comissões no Congresso. Flávio Dino foi juiz federal entre 1994 e 2006 e deixou a carreira para ingressar na política. Em 2007 se elegeu deputado federal pelo PC do B e desde então já foi senador e governador do Maranhão por dois mandatos consecutivos antes de ir para o Ministério da Justiça em janeiro deste ano.

Com informações de GZH